

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
12 04 2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA		1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 29ª
(VIGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 12 DE ABRIL DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dispensou a leitura e indago se algum Deputado deseja retificar a ata. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação, e como já é de conhecimento de todos os Deputados, dou como lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 26ª Sessão Ordinária.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 2

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos e conforme o disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno, a Presidência vai suspender os trabalhos durante quinze minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h08min, a sessão é reaberta às 15h18min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro reaberta a presente sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas vou fazer uma observação. Sei que o *quorum* ainda está baixo, são poucos os Deputados que estão presentes. Vou abrir mão da fala como Líder para ver se conseguimos hoje fazer alguma votação, porque ontem ficamos discutindo até às 7h da noite. Quando fomos entrar na votação, praticamente os Deputados já tinham compromisso e tiveram que ir embora. Portanto, eu abro mão e faço um pedido a V.Exa. no sentido de colocar em pauta o PL que ontem nós não conseguimos votar porque a sessão se encerrou por haver só doze Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Qual seria o PL, Deputado? A qual PL V.Exa. se refere?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Foi o que, na hora de ser votado, a sessão se encerrou por falta de *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Temos que indagar os Líderes se há acordo, Deputado, para votação desse projeto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Porque ontem houve o acordo. Apenas a sessão caiu porque só havia 12 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok.

Quero dar as boas-vindas aos nossos policiais civis, mais uma vez reafirmando o nosso compromisso de tentar aqui de todas as formas obstruir a pauta e mais uma vez sendo solidário ao Deputado Cláudio Abrantes, depois da covardia deste governo. Quero dizer ao Deputado Cláudio Abrantes que ele não perdeu nada. Mais uma vez, ele ganhou em ter a dignidade e a postura que sempre teve. Parabéns, Deputado Cláudio Abrantes. De V.Exa., a gente não esperava nada diferente. Parabéns pela decisão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 3

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, vou me manifestar sobre um determinado tema. Só que, como é uma situação que diz respeito diretamente ao mandato, vou abrir mão da minha fala como Líder do meu Bloco Sustentabilidade e Trabalho e vou me pronunciar nos Comunicados de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, nosso Líder não está. Se o Deputado Chico Vigilante concordar, eu gostaria de falar sobre o nosso relatório, da Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi protocolado no seu gabinete. Nós queremos discorrer sobre algumas observações nesse trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Se o Deputado Chico Vigilante, como Vice-Líder não se opõe, convido o nobre Deputado Wasny de Roure. Tudo bem, Deputado Chico Vigilante?

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, Sras. e Srs. Deputados, servidores da Polícia Civil aqui presentes, nossos cumprimentos na tarde de hoje.

Sr. Presidente, hoje eu gostaria de trazer aqui o debate do relatório que apresentamos no dia de ontem sobre o quadro das finanças da saúde. V.Exa. presidiu a comissão, e eu sei que ela sofreu diversos desconfortos, para não dizer oposição declarada de vários setores do próprio Governo do Distrito Federal e até mesmo resistência nesta Casa. Mas a saúde nunca viveu um cenário tão difícil como o que está vivendo.

Nós, então, delegados por V.Exa., fomos trabalhar a questão dos recursos na área da saúde. E, Sr. Presidente, detectamos que, em primeiro lugar, a principal fonte da saúde, no período de 2011 a 2016, foi a Fonte 100 do Orçamento do Distrito Federal, com aproximadamente 47%. Mas, ainda assim, demonstra-se que o montante proveniente de outras fontes, principalmente do Fundo Constitucional, Deputado Bispo Renato Andrade, e do Fundo Nacional da Saúde – FNS, tornou-se extremamente significativo pelo porte e magnitude de recursos colocados para a saúde. A primeira coisa que fizemos, Sr. Presidente, obedecendo à Emenda Constitucional nº 29, Deputado Agaciel Maia, foi produzir o exercício do cálculo que é feito com relação a 15% ou 12%, uma vez que o Distrito Federal é município e é estado. Portanto, sobre a base da arrecadação tributária, incidem essas duas alíquotas. E o Distrito Federal demonstrou uma magnitude surpreendente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 04 2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	4		

Tivemos, Deputados, sobre a receita tributária estadual, 12%, e sobre a receita tributária municipal, 15%. E tivemos, de 2010 até 2016, montantes que variaram 1 bilhão e 217 a 1 bilhão e 999 milhões de reais. Portanto, quase 2 bilhões de reais.

E mais, em todos esses anos, Deputado Bispo Renato Andrade, o que foi aplicado à saúde foi maior do que aquilo que a Emenda Constitucional previa, sendo que, de maneira surpreendente, vamos verificar que exatamente nos dois anos deste governo, aquilo em que se lançou mão de outros recursos fora daquilo que era previsto pela Emenda Constitucional foram recordes.

Ao mesmo tempo em que identificamos essa observação, o superávit do ano passado – só para se ter uma ideia – chegou a quase 1 bilhão de reais gastos na saúde, além daquilo que era previsto. Ora, mais exatamente no ano de 2016, temos uma queda de gastos na área da saúde, proveniente da perda de servidores. Nesse ano, aposentaram-se 1.342 servidores.

Esse foi um dos principais gargalos na queda dos serviços prestados na saúde do Governo do Distrito Federal. Procuramos nos certificar de como os recursos da saúde foram distribuídos e alocados na área do investimento, que foi a área que menos recursos teve.

Não tivemos 1%, do ano de 2011 a 2016, alocado na área de investimento. Não chegou a 1%. Não apenas neste governo, mas também no governo anterior. E o que vamos observar é que ainda há uma queda maior. Já era pouco e tornou-se mais evidente a queda de recursos para investimento neste governo.

O que se gastou na execução do Fundo de Saúde, proveniente da Fonte 100, do Tesouro, foi da ordem de 46% nesse período, 41% do Fundo Constitucional e quase 11% da transferência do Fundo Nacional de Saúde.

Portanto, Sr. Presidente, o que verificamos é que precisamos reforçar a área de gestão na saúde do Distrito Federal. Só para termos ideia, no ano de 2011, tivemos 62 milhões de reais em investimento. Para uma rubrica dessa magnitude, foi um volume de recursos muito pequeno. Em 2012, menor ainda, não chega a 51 milhões. Em 2013, aumenta para quase 89 milhões de reais e, em 2014, cai para quase 41 milhões de reais. Mas, de maneira inexplicável, em 2015, para quem dizia que vivíamos a era "Agnulo", chegou a apenas 17 milhões de reais. E depois, em 2016, chega-se a 24 milhões.

O prato estava feito para dizer que o Poder público não tem condições de gerenciar a saúde no Distrito Federal. Tudo para que, então, as organizações sociais pudessem adentrar a fim de substituir o serviço público conferido ao Estado no Distrito Federal. Então, essa é uma das questões que foram quantificadas e demonstradas.

Outro aspecto que nós queremos trazer aqui para os colegas é a questão do Fundo Nacional de Saúde – FNS. O Distrito Federal gerencia esse recurso em seis blocos: o bloco da atenção básica de saúde; o das Unidades de Pronto Atendimento

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 5

– UPA... Não estou localizando aqui as seis categorias, mas são seis categorias a que é destinado o recurso.

O Governo do Distrito Federal, a exemplo de outros governos municipais e estaduais, teve que devolver parte significativa desses recursos. Por quê? Porque uma categoria não dialoga com outra categoria. Não se flexibilizam os recursos para outra categoria. Aí, nós verificamos que, desde a gestão Humberto Costa à frente ao Ministério da Saúde, já se propunha o desbloqueio no trato desses recursos.

Nós, então, estamos aguardando, com grande expectativa, essa modificação na Portaria nº 1.073. Veja bem o que está sendo proposto: a Portaria nº 1.073, de 2015, prevê, Sr. Presidente, a obrigatoriedade de não se transferir de uma categoria para outra categoria.

Então, nós estamos propondo – Sr. Presidente, vai ser importante que esta Casa se posicione frente ao Ministério da Saúde – que, pelo art. 2º, parágrafo único, “fica vedado o remanejamento de que trata o *caput*, nas hipóteses de eventuais saldos financeiros disponíveis no âmbito do bloco de atenção básica...” Suprimir, nessa portaria, a expressão “do bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e do bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, de que tratam os incisos I, II e VI do art. 4º da Portaria nº 204/GM/MS, de 2007”.

Portanto, Sr. Presidente, é uma mudança absolutamente simples, estratégica para que o Distrito Federal e outras unidades da Federação façam uma melhor utilização dos recursos destinados ao Fundo da Saúde.

Sr. Presidente, o meu tempo já esgotou, mas eu queria ainda falar que, no nosso relatório, nós tivemos o cuidado de não ficar imputando a esse ou àquele a responsabilidade. Mas nós estamos pedindo a investigação! Então, neste caso, nós estamos propondo várias investigações.

Eu recebi hoje a visita do Secretário de Saúde, que estava bastante indignado com a citação do nome dele. Eu quero dizer, Sr. Presidente, o seguinte: eu trouxe aqui, ao plenário desta Casa, a questão do descredenciamento do Samu do Distrito Federal pelo não-cumprimento de uma série de exigências que o Ministério da Saúde fez ao Distrito Federal. E o Samu foi descredenciado em ato do Ministério da Saúde. O mesmo ocorre com a UPA de Ceilândia, mas possivelmente com outras UPAs também. Ora! O Secretário ficou indignado porque nós pedimos a investigação para verificar quem foram os responsáveis por essa condição do descredenciamento da UPA e do Samu.

A perda de recurso pode parecer inexpressiva, pode parecer irrelevante, mas a perda de recurso significa enormemente, lá na ponta do Distrito Federal, lá na ponta do Hospital de Base, lá na ponta do Hospital de Santa Maria, na Casa de Parto de São Sebastião, no Hospital de Planaltina, de Sobradinho, ou, até mesmo, no Hospital de Ceilândia, que é uma das principais unidades.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 6

Portanto, Sr. Presidente, nós estamos, sim, pedindo que seja imputada a responsabilidade após o aprofundamento das investigações. Nós não podemos tratar a questão da saúde pública com menos responsabilidade.

Eu quero aqui dizer que nós, inclusive, estamos trazendo responsabilidade à própria Presidência da Casa e pedindo a devolução do Projeto nº 1.486, de 2017 que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Instituto do Hospital de Base do Distrito Federal e dá outras providências". O Poder Executivo tem de complementar um conjunto de legislações que embase e que acompanhe essa proposta que hoje está protocolada na Casa. Não tem como o projeto prosperar, até pelo não cumprimento da legislação que estabelece o seu desdobramento.

Aqui nós fazemos também algumas observações sobre as desgravações que a Presidente do SindSaúde, a Marli, trouxe a esta Casa. Nós estamos resgatando algumas revelações de informações. E eu quero me dirigir ao nosso Relator, pois essa é a primeira contribuição que o relator recebe, e que, naturalmente, S. Exa. vai depurar naquilo que julgar necessário para ser encaminhado ao Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu quero me colocar à disposição para que nós possamos aprofundar esse relatório a fim de que ele ajude na ampliação de conteúdo de outras áreas.

Sr. Presidente, eu espero ter correspondido com esta minha contribuição nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que não era nem previsto estarmos nela. Mas reconheço que V.Exa. e um ou outro colega, como o Deputado Bispo Renato Andrade, inclusive, lutaram para que o Partido dos Trabalhadores integrasse essa Comissão.

Portanto, está aqui o nosso relatório destinado a contribuir para um primeiro debate para o relatório final que a Casa terá de produzir.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Quero aqui manifestar a minha satisfação, o meu orgulho, Deputado, como Presidente da CPI da Saúde, em tê-lo como companheiro. O trabalho que V.Exa. desenvolveu é digno realmente de orgulho de todos nós Parlamentares.

Causa-me estranheza a reação do Secretário de Saúde ao ver o que V.Exa. apresentou. É de fato necessário! É o papel do Parlamentar! Mas é uma característica comum a este governo reagir àquilo que é de competência do Parlamento. V.Exa. fez o que tinha de ser feito e tem a nossa solidariedade. Pode ter certeza absoluta de que terá o nosso voto favorável.

Parabéns mais uma vez.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à nobre Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 7

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Não havendo mais Líderes inscritos, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Palmas.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Pares, todos da galeria, em especial, meus companheiros da Polícia Civil do Distrito Federal, boa tarde. (Palmas.)

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje, fiz questão de usar os Comunicados de Parlamentares, porque há uma situação muito inerente ao meu mandato, então, não teria como fazer uso da palavra como Líder do meu bloco, bloco que respeito muito, que honro e que tem sido meu esteio aqui na Câmara Legislativa quando preciso.

Quando entrei para a política, especificamente quando me candidatei a deputado distrital, há mais de dez anos, sempre foi a minha proposta fazer um mandato voltado primeiramente, primordialmente, para as minhas bases e para aquilo em que acredito. Ao longo desses doze anos, estou no meu terceiro mandato, um como suplente, dois como titular, sempre tive essa postura. Faço até um *mea culpa* aqui porque uma única vez, como suplente, cedi, e aprendi a lição, num projeto que achei que prejudicava os servidores. Essa foi a única vez que cedi, faço esse *mea culpa*. De lá para cá, eu aprendi, não tenho receio de assumir os meus erros. E tenho pautado o meu mandato desta maneira: transparência com os colegas, respeito e jogo político lícito, legal, republicano. Esse jogo não me permite abrir mão das minhas convicções nem daqueles que me fortalecem.

Ontem aqui agimos de forma legítima: a obstrução e a retirada de *quorum* são instrumentos do Parlamento. Ontem trabalhamos em função da luta dessa maravilhosa categoria que está aqui, esses senhores e essas senhoras gostariam muito mais de estar na delegacia ou em suas casas. No caso daqueles que estão de folga, eles não vêm aqui para passear! Essa categoria está lutando há mais de um ano por algo que é justo, por algo que é legal. Acima de tudo, Deputado Wellington Luiz, é a minha categoria, é a categoria de V.Exa.! (Palmas.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 8

Esses homens e mulheres honrados, na minha opinião, não poderiam sair daqui ontem derrotados, é uma convicção! Pautei todas as minhas ações ontem nesse sentido. Quero aqui agradecer imensamente o apoio do meu bloco, que me honrou ontem, que honrou a minha liderança. Foi um embate com o Governo do Distrito Federal, é fato, mas isso deve acontecer dentro do Parlamento! São dois Poderes independentes, harmônicos, é verdade, devem ser harmônicos, mas são independentes. A Câmara não pode ser e não é menor do que o Poder Executivo, nós não podemos ter essa mentalidade!

E por isso, de forma legítima, nós trabalhamos ontem no plenário, e todos sabem o resultado! A Polícia Civil, também a defensoria que estava aqui e nós entendíamos que não dava para votar o crédito naquele momento. Havia, sim, muitas obscuridades, havia, sim, como detalhou o Deputado Wasny de Roure, outras maneiras de se recompor o Orçamento; havia, sim, dúvidas sobre de onde saíam os recursos e sobre quais emendas seriam canceladas. Eu não estou falando aqui nenhuma falácia, nenhuma mentira, todos sabem disso, e, por isso, nós lutamos ontem de forma digna, verdadeira e republicana para que não fosse votado ontem. Se eu estiver mentindo, admito qualquer um dizer aqui que é o contrário; se eu fiz alguma molecagem, se fiz alguma desonestidade, eu abro o microfone para qualquer pessoa falar. Não o fiz, usei o jogo político que é permitido, que é lícito e que é republicano. Fiz isso, e, ontem, a Polícia Civil reconheceu o valor da Câmara Legislativa, que já marcou posição aqui, desta tribuna, num dia em que eu nem estava presente, Deputado Wellington Luiz, porque eu estava viajando, e a Câmara Legislativa marcou posição pela obstrução em favor da Polícia Civil do Distrito Federal.

A respeito dessa Polícia, esses senhores e senhoras, alguns dizem que são intransigentes, que estão prejudicando a segurança pública do Distrito Federal. Essa, sim, é uma grande falácia e uma grande mentira, porque é uma polícia que prende toneladas de tráfico nos quatro primeiros meses do ano de 2017, que desbarata e impede a ação do PCC – uma das organizações criminosas mais perigosas do País – aqui no Distrito Federal. Como é que essa polícia está prejudicando a sociedade? Essa polícia se dedica dia e noite com salários defasados, com um efetivo de 1993, com equipamentos que, muitas vezes, falham. Como dizer que essa polícia está atrapalhando a sociedade do Distrito Federal? Isso, sim, é uma falácia, é uma mentira.

Então, essa polícia dignamente tem lutado, feito o seu trabalho e vindo aqui. Ontem, com o apoio dos Deputados, ela conseguiu êxito. O mérito não é meu, não é do Deputado Wellington Luiz, não é do meu bloco, o mérito está ali na galeria, é da Polícia Civil do Distrito Federal. (Palmas.)

Pois bem, isso é o jogo democrático, isso faz parte e, ontem ainda, quando cheguei a minha residência já tarde da noite, porque saí daqui e fui cumprir outra agenda, fui surpreendido. Eu posso falar isto desta tribuna porque está nas minhas redes sociais: eu tenho onze indicações para o Governo do Distrito Federal, são onze.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 9

Se quiserem entrar no meu site, qualquer pessoa pode entrar, estão lá os nomes das onze indicações. Perdão, eu tinha onze indicações para o Governo do Distrito Federal, porque ontem eu fui surpreendido, já tarde da noite, Deputado Wasny de Roure, com a ligação de um profissional extremamente qualificado, chamado Marcus Palombo, que era diretor de regularização de áreas de interesse social na Codhab. Esse profissional, que era elogiado por Parlamentares – eu tive a oportunidade de conversar com a Deputada Telma Rufino, e ela falou da competência do Dr. Palombo; conversei com o Deputado Prof. Israel, que me relatou dessa competência do Dr. Palombo; o Deputado Wasny de Roure está aqui assegurando isso –, foi exonerado junto com quatro indicações da Codhab em represália à minha postura nesta Câmara Legislativa.

Eu nunca fiz e nunca farei política por cargo. Eu tenho mais sete lá. Se quiser exonerar, pode exonerar. Não venho a esta tribuna fazer proselitismo, fazer jogo de cena com a Polícia Civil do Distrito Federal porque eu não preciso disso. Aqui há companheiros de vinte anos, companheiros que me conhecem desde quando eu fiz o curso de formação, em 1995. Então, não me venham dizer que faço política por cargos, não o faço. Aliás, não faço política para baixar cabeça por motivo algum, não baixo a cabeça para minhas opiniões e para as defesas que eu tenho a obrigação de fazer como parlamentar porque eu sou policial civil e permanecerei policial civil. Eu tenho a obrigação de defender minha categoria. (Palmas.)

Ah, e outra coisa, já andaram dizendo por aí que eu pedi clemência. Em hipótese nenhuma. Eu não vou baixar a cabeça, não vou pedir retaguarda, não peço clemência, porque eu não tenho que pedir clemência. Eu estou fazendo o meu papel como Deputado. Eu fui eleito para isso, eu tenho que lutar por uma causa, por uma categoria, e eu respeito todas as causas aqui. Respeito a causa do Deputado Prof. Reginaldo Veras e a do Deputado Prof. Israel pela educação; a do Deputado Chico Vigilante, que luta bravamente pelos vigilantes do Distrito Federal; a dos evangélicos, que lutam pelas suas classes; e tantos outros aqui que têm as suas fileiras e lutam por elas.

Se o Deputado receber um recado de corte de indicações no Executivo e baixar a cabeça, pelo amor de Deus, que Deputado é esse? Não serei eu que vou fazer isso. Então, eu quero aqui deixar clara a minha postura de não me render a recados. Eu disse, numa reunião de Líderes num dia desses, que não adiantava mandar recados pela imprensa. E digo que não adianta mandar recado cortando cargos. Eu estou aqui para fazer política, eu estou aqui para votar o que é bom para Brasília, para o Distrito Federal. Hoje, a melhor coisa que existe para a segurança pública do Distrito Federal é a paridade da Polícia Civil com a Polícia Federal. (Palmas.)

E vou falar mais: se a segurança pública do Distrito Federal hoje já está em baixa, não é por culpa da Polícia Civil. A Polícia Civil tem todos esses problemas que eu citei agora há pouco, caro Deputado Ricardo Vale, mas não é por conta dela. No entanto o policial civil tem limites: limites físicos, limites psicológicos, limites mentais,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 10

do dia a dia, de cotidiano, de família, de respeito, de dignidade. E esses homens e essas mulheres estão acima dos seus limites, estão acima da sua cota de sacrifício.

Então, se eu tiver que defender a Polícia Civil até o fim, nesta Casa, tiver que perder cargo, sofrer retaliação, seja o que for, eu vou estar do lado da Polícia Civil, porque foi ela a Casa que me fez um profissional e que me deu valores de ética, honestidade e honradez, que eu trago para este Parlamento. (Palmas.)

Se querem conversar, vamos conversar. Esse não é um discurso de intransigência, esse não é um discurso de raiva, não é um discurso de ódio, porque eu, como Parlamentar, tenho que discutir e tenho que conversar. Eu quero muito conversar com o governo sobre a paridade. Eu sonho com isso, eu desejo ansiosamente que o governo nos chame para conversar sobre a paridade. É isso que eu quero. Essa vai ser a minha luta hoje, amanhã, depois e sempre. Enquanto essa paridade não sair, nós vamos estar do lado da Polícia Civil do Distrito Federal, lutando, independentemente de retaliação. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. V.Exa. tem a solidariedade de toda a Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde aos meus colegas policiais civis. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, Deputado Cláudio Abrantes, eu quero aqui manifestar todo o meu orgulho em ser seu amigo e companheiro de corporação. Não esperava de V.Exa. outra postura senão essa.

Não adianta, porque esse Governador, a cada dia que passa, mostra-se menor, e não digo isso com revanchismo. O Governador, Sr. Presidente, que vinha com o discurso da moralidade, da nova política, mostra de que tamanho é. Ele está achando que consegue apequenar os Deputados com cargos. E o Deputado Cláudio Abrantes mostra como é que se faz política de verdade. Política se faz com dignidade, com honra, e não cedendo a pressões. V.Exa., Deputado Cláudio Abrantes, deu uma verdadeira demonstração de compromisso, e não foi só com os policiais civis, não. Foi com a sociedade.

É bom que os Parlamentares desta Casa se lembrem disso, que nós obstruímos aqui várias vezes, e o mínimo que se faz agora é obstruir. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque esses homens e mulheres saem todos os dias às ruas. Sabe para quê? Para prender aqueles estupradores que eventualmente podem estuprar as nossas filhas, as nossas mulheres. Eles estão do lado de quem? Não é do lado da sociedade, não? Quem é que bota o criminoso na cadeia, se não os policiais civis? Quem é que evita novos crimes, Deputado Julio Cesar, se não esses homens e mulheres que o Governador tenta humilhar? E que esta Casa às vezes não quer valorizar?

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 04 2017		15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

O mínimo que se faz aqui, agora, é estar do lado daquele que está o tempo inteiro do lado da sociedade. Que protege a sociedade com a própria vida! Porque muitos de nós já deixaram a vida na rua protegendo os outros, e ainda tem gente aqui que acha que não deve estar do lado dos policiais civis! Tem que estar do lado de um governo medíocre, de um governo pequeno que tem um compromisso com essa categoria que ele reconhece, mas não valoriza! É cumprir o acordo dele!

O que nós queremos apenas é que se faça o que o Deputado Cláudio Abrantes fez. É que se tenha honra e dignidade! Que façam esse Governador cumprir a parte dele!

Deputado Cláudio Abrantes, pode ter certeza absoluta de que é por causa de políticos como V.Exa. que ainda vale a pena fazer política, porque, para ser medíocre, eu pego o paletó e vou embora. Se for para fazer a política desse Governador pequeno e medíocre, para mim não vale a pena!

Então eu vou ficar, sim, do lado dos trabalhadores! (Palmas.). Vou ficar do lado dos policiais civis! Porque isso, sim, vale a pena! E espero que o exemplo de V. Exa. sirva para os demais, porque para mim serviu, e muito! Volto a dizer que não esperava de V.Exa. nada diferente, não. E espero que sirva de exemplo também para os demais pares porque quem está tentando humilhar esta Casa é esse Governador, retirando cargos, como se isso fizesse diferença para um Deputado. Pois para mim não faz. Nunca quis, não quero e, se ele me oferecer, não vou dizer onde ele deve enfiar porque é quebra de decoro parlamentar – senão eualaria aqui no plenário.

Podem ter certeza absoluta de que nós vamos continuar tentando. Hoje nós vamos continuar obstruindo a pauta!

(Manifestação na galeria.).

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, não vou me alongar, mas vou pedir aos meus companheiros e companheiras – todos sabem do carinho que tenho por todos, sempre estive do lado dos Parlamentares – que, nesse momento em que a Polícia Civil precisa do apoio de S.Exas., deem o apoio para aqueles que estão todos os dias protegendo as suas famílias. É o mínimo que os Parlamentares desta Casa podem fazer.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós sabemos que Brasília é Patrimônio da Humanidade e ela tem que estar inserida em uma série de fóruns e organismos internacionais nos quais ela tem que fazer uma participação financeira para que ter voz e voto. Então nós temos o Projeto de Lei nº 1.364, de 2016, já aprovado em todas as Comissões, e eu queria fazer uma solicitação a V.Exa. É uma coisa acima de governo, acima de questão de Deputado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 12

Peço que V.Exa. coloque na pauta esse projeto para que não deixe o Governo do Distrito Federal inadimplente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação e incluo o projeto na pauta na Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assessores, membros da imprensa, venho a essa tribuna nos Comunicados de Parlamentares... Quero citar aqui também os policiais civis que estão presentes e todos os servidores do Distrito Federal, dizer do meu apreço por eles e, mais uma vez, reafirmar que essa é uma luta legítima – a da paridade com a Polícia Federal –, é uma conquista que foi feita com muita luta.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, vim a esta tribuna falar sobre um fato que aconteceu na Asa Sul, recentemente, mais especificamente no dia 10, no qual uma jovem escapou de um estupro, a caminho da faculdade, ali próximo ao Iesb.

Fui procurado por um grupo de alunos, Deputado Wasny de Roure, desta faculdade, pedindo para que eu fizesse a intermediação junto à Secretaria de Segurança e aos órgãos competentes com o objetivo de melhorar a segurança, Deputado Joe Valle, nas mediações ali da Asa Sul. O pedido desses alunos, Deputado Ricardo Vale, V.Exa. que é Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar... E eu queria, como membro suplente desta Comissão, fazer um encaminhamento à Comissão, para que ela aprove uma indicação ao Governo do Distrito Federal, com vistas a implementar três ações importantes que possam contribuir na melhoria da segurança naquela localidade. A primeira é o aumento das rondas do batalhão escolar; a segunda, a melhoria na iluminação pública daquela localidade; e a terceira, seria a instalação, Deputado Joe Valle, de câmeras de videomonitoramento naquela região, com o objetivo de facilitar as investigações dos crimes que acontecem naquela localidade.

Segundo os alunos dessa faculdade, Deputado Chico Leite, não foi a primeira vez que isso aconteceu. Essa jovem conseguiu escapar do estupro graças a um outro transeunte que estava passando no momento da agressão, o agressor se assustou e se evadiu daquela localidade. Então, essa jovem veio aqui, um grupo de estudantes dessa faculdade veio aqui pedir essa intermediação.

Hoje eu quero usar esta tribuna para mostrar que todos os dias as pessoas que moram na Capital da República – nós temos visitado as cidades – e por onde nós passamos, mais da metade dos pedidos que ouvimos é sobre melhoria da segurança pública. Infelizmente, as pessoas de Brasília, os moradores do Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure, estão se sentindo encastelados, estão se

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

sentindo aprisionados. Quando andamos nas cidades satélites, temos visto a apreensão dessas pessoas, que, inclusive, têm mudado muito a sua rotina.

Da mesma forma que eu respeito todas as categorias e qualquer posição de Deputados, eu gostaria também que as pessoas presentes pudessem, no mínimo, se dar o respeito, porque o fato que coloco aqui é o fato com que vossas senhorias trabalham todos os dias, que é o combate à violência nesta cidade. O meu discurso só vem corroborar, mais uma vez, com o pedido de cada um de vocês. E não só para a Polícia Civil, mas para todas as forças de segurança do Distrito Federal. Todas elas! Todas as forças de segurança! Se formos avaliar, na Polícia Militar do Distrito Federal também existe um desmonte lá dentro, da mesma forma que existe na Polícia Civil e no Corpo de Bombeiros.

Então, Deputado Chico Vigilante, uso esta tribuna para defender esses jovens. Deputado Agaciel Maia, para V.Exa. ter uma ideia, eles pediram para a faculdade suspender as aulas até que o Estado tome uma providência visando a melhoria da segurança naquela localidade.

Então, eu quero, antes de mais nada, encaminhamos hoje um ofício... Nós vamos oficiar a Secretaria de Segurança Pública, o comandante da Polícia Militar, o diretor-geral da Polícia Civil, e também o Ministério da Educação e o Batalhão Escolar do Distrito Federal para que haja uma melhoria, principalmente, nas rondas em frente a essa faculdade. Vamos levar os estudantes, Deputado Ricardo Vale, ao Secretário de Segurança Pública para que ele possa demonstrar quais são as ações que o governo vai fazer para melhorar a segurança naquela localidade.

Muito obrigado

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Consulto os Líderes se há acordo para a inclusão, como item extrapauta, do Projeto de Lei nº 1.418, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$285.140.043,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e quarenta mil e quarenta e três reais)”, bem como a apreciação do veto parcial do Projeto de Lei nº 1.260, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal, ora em exercício, de 2017”.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Não há acordo. Sr. Presidente, conforme o Regimento Interno, é proporcional a manifestação da Liderança. Vamos contar a representatividade de cada Líder.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 14

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, houve o acordo para se votar, mas a sessão caiu por falta de *quorum*. Essa consulta já foi feita ontem.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Como Líder, ontem, eu não concordei e, hoje, como Líder, eu não concordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, a consulta é feita no dia da sessão, no dia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Tudo bem. É uma interpretação de V.Exa., mas a consulta sobre a mesma matéria legislativa, em qualquer Casa Legislativa, se houve o acordo e caiu por falta de *quorum*, é normal...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Efeito retroativo é a primeira vez que eu vejo, Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agora, de qualquer maneira, eu sou favorável à votação.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

Deputado Agaciel Maia, Líder, é a favor.

Deputado Ricardo Vale? É a favor.

Deputado Julio Cesar? É a favor.

Deputado Delmasso? É a favor.

Deputado Juarezão? Ok.

Deputado Lira? Ok.

Deputada Sandra Faraj? Ok.

Deputado Cristiano Araújo? Ok.

Deputada Telma Rufino? Ok.

Deputado Cláudio Abrantes? Não há acordo.

A Deputada Liliane Roriz está ausente.

Vamos fazer a proporcionalidade agora.

(Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
12 04 2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA		15

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu indago a V.Exa. se o bloco a que V.Exa. pertence está contra ou a favor. Tem que ficar claro.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até onde eu sei, o Deputado Cláudio Abrantes foi contrário. Se S.Exa. se manifestou, acho que não há questionamento. Ou seja, o bloco é contrário à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A decisão do Líder: o Líder decidiu “não”. Os integrantes do bloco votarão “sim” ao projeto. Mas o Líder é o Líder. É uma consulta aos Líderes. A gente está chegando a um veredito aqui, porque estamos fazendo a proporcionalidade. Daqui a pouco eu dou o resultado.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Temos acordo. Vence a proposta pela votação.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero levantar uma questão. Eu gostaria que fosse feito o detalhamento do crédito. Que fosse dito de onde está sendo retirado, de qual emenda que está sendo retirado. Que seja colocado para todo o Plenário. Ou seja, o que está sendo cancelado, qual a emenda está cancelada, se é um cancelamento parcial ou total e de onde está vindo esse recurso. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que atendesse essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão de V.Exa. O relator fará, no momento correto, essa descrição.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.418, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$285.140.043,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e quarenta mil e quarenta e três reais)”.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 16

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho absoluta tranquilidade no que eu vou dizer porque a nossa compreensão técnica é que esse projeto é absolutamente desnecessário. O único projeto necessário são os de crédito especial, e não é esse o caso.

Então, Sr. Presidente, não vou ficar nesta votação. Eu tenho uma posição absolutamente tranquila. Esse é um jogo político que o governo está impondo a esta Casa, colocando-a de joelhos, para ficar dependendo dele. Entendo e estou absolutamente aberto a sentar com os colegas Parlamentares que têm interesse real em entender por que não é necessário. É fazer uma discussão técnica. Não vou ficar. Todos sabem que foram emendas da minha autoria que o governo vetou. Nós sempre tivemos a compreensão de que a Polícia Civil é paga pelo Fundo Constitucional. Nunca trabalhamos com a possibilidade de achar que não é possível uma negociação, mas nunca aceitei humilhação. O que o governo quer mostrar é que ele tem força política para poder impor humilhação a um Poder, a uma Casa que luta por outras questões políticas relevantes na cidade.

Portanto, Sr. Presidente, eu respeito a posição de meus colegas, não apenas os da minha bancada. Não quero aqui constranger ninguém, mas também não aceito ser humilhado e constrangido. Então, eu vou pedir licença, não vou ficar. Eu não vou ficar. Eu não tenho nada para negociar, a não ser a minha ideia e a minha posição.

Meu partido tem uma posição de enfrentamento desse governo, e não é na enganação e na protelação. Esse debate nós vamos continuar fazendo. Essa derrota no texto do governo, para mim, não é humilhação, porque não me representa. Eu continuo defendendo o que eu acredito. Muito obrigado e peço licença aos colegas. (Palmas.)

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Correto, Deputado Wasny de Roure.

Todos nós sabemos da sua luta, da luta do Deputado Wellington Luiz, da luta do Deputado Cláudio Abrantes. Respeitamos esse processo e temos um trabalho a fazer.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estão usando de desinformação lamentavelmente. Estão usando de desinformação para deturpar o processo. As duas emendas, da Polícia Civil e da Polícia Militar, estão preservadas. Estão espalhando no plenário que as emendas estão... Isso é mentira. Estão usando de desinformação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

Sr. Presidente, estão usando desinformações. As emendas da Polícia Civil estão preservadas. Estão usando de desinformação e estão fazendo um jogo. Estão fazendo um jogo para enganar os policiais.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, a exemplo do Deputado Wasny de Roure, eu também não participarei da votação e sugiro aos Deputados do meu bloco que também não participem. Deputado Robério Negreiros já manifestou contrariedade e não vai votar, assim como o Deputado Raimundo Ribeiro e a Deputada Celina Leão. Então, peço aos demais Deputados que compõem o nosso bloco que não votem. Essa é a orientação do nosso bloco. Portanto, não votaremos. (Palmas.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou na mesma linha. não posso participar dessa negociação, não posso participar dessa votação. A sugestão também é a mesma, a de que nosso bloco não vote. Eu respeito a posição dos meus colegas de bloco, naturalmente. Inclusive, ontem foram fundamentais na saída do *quorum*, mas, pessoalmente, participar dessa votação vai contra a minha história, as minhas convicções. Nem politicamente, nem tecnicamente.

Eu quero esclarecer aqui que eu não estou fazendo nenhum tipo de enganação com os meus policiais. Não faria isso de forma alguma. Nós estamos lutando aqui para ter, sim, elementos de negociação com o Governo do Distrito Federal, que se recusa a fazer isso.

Essa emenda do Deputado Wasny de Roure não precisaria nem existir se, no ano passado, ano retrasado, quando foi dada a paridade com a Polícia Federal, tivessem sentado à mesa e falado: vamos apresentar um cronograma para fazer a paridade. (Palmas.)

Os dirigentes sindicais de entidades dessa categoria, perdoem-me estar falando isso agora nesta fala, sem dúvida, já se sentaram mais de uma dezena de vezes com membros do governo para apresentar e tirar proposta. Da última, nós Deputados fomos aliados, não pudemos nem participar. Imaginem: esta Casa foi impedida de entrar numa reunião no Palácio do Buriti para defender uma categoria! Então, se há enganação aqui, não é por parte desta Casa, não é por parte dos Deputados que defendem a Polícia Civil. Quero deixar isso bem claro. Se há

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 18

enganação aqui, a enganação está vindo do outro lado da rua, porque foram inúmeras reuniões. Inúmeras!

Volto a dizer: esta emenda do Deputado Wasny de Roure não precisava existir. Nós estamos num debate desgastante agora, aqui nesta Casa. Todos aqui sairão desgastados. Todos, sem exceção! Inclusive nós, porque é o Poder Legislativo que, nesta tarde, está sendo subjugado, está sendo colocado de cabeça para baixo por conta das ações do governo.

Esta é a minha opinião, o que encaminho. A minha posição é não participar, e solicito àqueles que puderem, de todos os blocos, que se retirem. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que V.Exa., como Presidente desta Casa, tem que restabelecer a verdade para que as pessoas saiam daqui bem informadas. A emenda de 48 milhões para benefício da Polícia Civil não está sendo mexida. Ela está intacta aí, do mesmo jeito. Querem fazer o debate? Vamos fazer o debate em cima de bases reais. Se o governo não está negociando, vamos pressionar para que negocie. O problema não é a emenda, até porque esses recursos saíram de outros cantos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a gente respeita o posicionamento de cada colega. Os colegas vieram, conversaram comigo e eu respeito. Mas mentir para a categoria na minha frente? Não vão mentir, não. Não tem nada sendo preservado. Aqui ninguém é menino, e o Deputado sabe disso. Não tem nada sendo preservado aqui. Aqui, não. Não vão nos enganar, porque aqui não tem ninguém ignorante. O senhor sabe bem disso, não tem nada preservado.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Chico Vigilante pediu a V.Exa. que pudesse restabelecer a questão desse ponto, se foi retirado ou não. O Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, poderia trazer tranquilidade a esta Casa e dizer a todos aqui se realmente estão sendo mantidos ou não os 48 milhões. Até onde eu sei, estão sendo mantidos. Então, vamos mostrar. O Deputado Agaciel Maia tem toda condição de dizer se está ou não sendo retirado, até porque o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está lá deixando.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 04 2017		15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade essa foi a questão que eu fiz. Nós estamos pedindo somente o detalhamento. Existe uma grande diferença entre manter a emenda, e manter a emenda em sua integralidade. É o que a gente espera. Recentemente, numa votação – eu estava no plenário –, foram retiradas duas emendas da Polícia Civil. Houve o acordo, eu fui voto vencido, e respeito. Esta é uma Casa democrática. Foram retiradas duas emendas, uma para custeio – V.Exas. se lembram disso – e outra de investimento. O valor restante era na casa de 180 milhões.

Desconheço essa informação de que a emenda do Deputado Wasny de Roure foi de 48 milhões. Uma coisa é manter a emenda na integralidade; outra coisa é ir comendo essa emenda, que estava em mais de 100 milhões, e agora, pelo visto, vai cair para 48 milhões. Manter desse jeito? Eu acho que não é correto. Então, eu gostaria realmente de ter o detalhamento e que fosse abordado este tema: se está sendo retirada alguma coisa da emenda da Polícia Civil.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O relator fará esse esclarecimento. Consulto o Deputado Agaciel Maia, que terá a palavra para fazer o relatório, se pode aproveitar para falar durante a votação.

A matéria não recebeu parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Foram apresentadas duas emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, sobre o projeto e as emendas em discussão.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores policiais civis aqui presentes, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.418, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$285.140.043,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e quarenta mil e quarenta e três reais)”.

Chega à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças o Projeto de Lei nº 1.418, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$285.140.043,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e quarenta mil e quarenta e três reais)”.

O art. 1º do projeto em análise, que abre crédito adicional, consta subdividido em inciso I e II, os quais respectivamente anotam o crédito suplementar no valor de R\$268.113.208,00 (duzentos e sessenta e oito milhões, cento e treze mil e duzentos e oito reais) e crédito especial no valor de R\$17.026.835,00 (dezessete milhões, vinte e seis mil e oitocentos e trinta e cinco reais).

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 04 2017		15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Versa o art. 2º que o crédito adicional será financiado, nos termos do art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação de dotações orçamentárias constantes nos anexos I e II que acompanham a proposta.

O artigo 3º e 4º da proposta trazem as cláusulas de vigência e revogação.

A matéria submetida a esta Câmara Legislativa observa as legislações pertinentes ao conjunto orçamentário e financeiro previsto para o Distrito Federal, em especial o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal 4.320, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a Lei 5.965, de 3 de agosto de 2016, e a Lei Orçamentária Anual, que é a Lei 5.796/2016.

Eu quero, a pedido da Presidência e do Deputado Cláudio Abrantes, explicar o seguinte: o projeto encaminhado pelo governo foi de 285 milhões. Nós estamos tirando do projeto 48 milhões. Do projeto que foi encaminhado de 285 milhões, nós estamos tirando 48 milhões que versam sobre benefícios para a Polícia Civil. Estamos tirando – eu gostaria de explicar, e isso vai ser publicado também –, além dos 48 milhões que são de benefícios para a Polícia Civil – estão ficando de fora, Deputado Cláudio Abrantes –, bem como 48 milhões que são destinados ao plano de saúde da Polícia Militar.

Portanto, da recomposição dos 285 milhões, estão voltando para o governo pagar, recompondo a reserva de contingência, Secretaria de Planejamento, pagamento de vigilantes, R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais); Sinesp, Elaboração de Projetos, R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais); SLU, Manutenção de Serviço, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); Sedestmidh, Manutenção de Serviço, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); Semob, ITS, R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais); DFTrans, R\$13.800.000,00 (treze milhões e oitocentos mil reais); Semob, Consultorias e Auditorias, R\$4.146.000,00 (quatro milhões, cento e quarenta e seis mil reais); Serviço de Limpeza, R\$4.146.000,00 (quatro milhões, cento e quarenta e seis mil reais). Total: R\$166.852.000,00 (cento e sessenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil reais).

Estão preservados os R\$48.746.688,00 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais) destinados à Polícia Civil, e os R\$48.846.688,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais) destinados à Polícia Militar. Portanto, todo o detalhamento que V.Exa. exigiu – os policiais também estão aqui – estão feitos. Essa é a verdade, Deputado Cláudio Abrantes.

Sr. Presidente, diante do exposto, votamos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 1.418, de 2017, de autoria do Poder Executivo, na forma da Emenda Substitutiva nº 4 deste Relator, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Apenas para complementar, destaco que houve a aprovação do projeto com base na emenda substitutiva deste Relator, que, apesar de ter sido vaiado, é quem tirou a Polícia Civil do projeto, bem como a rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
12 04 2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sustento minha tese que defendi há pouco. A emenda está mantida, mas não está mantida em sua integralidade. Nós temos dados da emenda votada na LOA no final do ano passado. Depois foi retirado um pedaço considerável em uma votação de crédito aqui nesta Casa. A emenda que o Deputado Wasny de Roure tinha para a Polícia Civil era de 248 milhões de reais. Podem pegar, está na LOA do ano passado.

Essa emenda foi vetada. Obviamente, ela vem para a reserva de contingência no valor de 248 milhões. Do crédito anterior, foram tirados 78 milhões da Polícia Civil do Distrito Federal referentes a custeio e investimento. Isso está nas notas taquigráficas, está no projeto. Podem avaliar. Esse é o dado real. Agora o que está ficando para a Polícia Civil são 48 milhões, conforme relatado pelo próprio Relator do projeto na CEOF. Ou seja, dos 169 milhões que ainda restavam para a Polícia Civil, estão sendo retirados 121 milhões. Essa é a verdade. Estão sendo preservados 48 milhões, é o que está ficando. Então, a integralidade da emenda da Polícia Civil, que é o que interessa para nós, não permanece. Estão sendo mantidos apenas 48 milhões. Isso não é falácia. Isso está nos dados. Pode pesquisar na LOA. Esse é o valor real.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado Agaciel Maia, com quem, na última votação, eu acordei esses valores, explicasse-me algo. Se S.Exa. me disser que é diferente disso, eu voto com S.Exa., mas S.Exa. tem que provar isso aqui, porque não é verdade. O que o Deputado Cláudio Abrantes disse aqui é a pura verdade. Mentir para a categoria não é justo. Não há outro termo senão esse. Tínhamos acordado isso. V.Exa. estava presente. Os Deputados estavam presentes. E os valores eram esses. Agora estão simplesmente minguando todos os valores. Se querem tirar tudo, peguem esses 48 milhões e tirem logo tudo de uma vez!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quero discutir. Na verdade, eu preciso de uma informação do Relator do Orçamento, Deputado Agaciel Maia, que eu acho que interessa a todos os Deputados.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 04 2017		15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Eu quero saber por que eu, Deputado Chico Vigilante, V.Exa., Deputado Joe Valle, que preside esta Casa neste momento, o Deputado Wellington Luiz, Vice-Presidente, e os demais Deputados que estão aqui temos o direito de remanejar 18 milhões e um Deputado tem direito de remanejar 200? Eu quero saber isso, porque eu não sou incompetente! Portanto, explique-me. Eu quero saber. Senão, Deputado Wellington Luiz, vai parecer que há 1 competente e 23 que não sabem o que fazem, 23 que não entendem de orçamento, 23 que não sabem de nada. Eu quero saber isso e pergunto ao Relator do Orçamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que o Deputado Chico Vigilante traz é de extrema relevância. Nós temos que saber que mágica foi essa e que competência tem um Deputado em relação aos demais. Por que um pode mais e outro pode menos? Porque esses números são, realmente, estratosféricos e não condizem com o que se pode aqui nesta Casa. Então, nós queremos saber isso exatamente antes de qualquer votação.

Quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante pelo posicionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Chico Vigilante, o que eu quero dizer é o seguinte: pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, a cada Parlamentar, foi reservado o valor com base... Inclusive, foi acordado, no Colégio de Líderes, que cada Parlamentar poderia apresentar um valor x de emendas, que, neste ano, deu em torno de dezoito milhões seiscentos e alguma coisa, e foi aprovado por todos os Parlamentares. Inclusive, cada Parlamentar apresentou suas emendas individuais nessa questão.

Em relação ao Orçamento de 2017, Deputado Wellington Luiz, a Câmara Legislativa devolveu ao Poder Executivo com a reserva de contingência abaixo daquilo que foi previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e também no Plano Plurianual, que foi aprovado por esta Casa. A reserva de contingência deveria ter voltado, salvo engano, com 2% e voltou com um percentual muito menor.

O remanejamento que foi feito, salvo engano, foi feito na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças por emenda de relator. No Colégio de Líderes, Deputado Wellington Luiz – V.Exa. não era o Presidente desta Casa à época –, não foi tratada essa questão do remanejamento, se os Relatores podem ou não podem fazer esse remanejamento, diferentemente do que acontece, Deputado Wellington Luiz, no Congresso Nacional. No Congresso Nacional, os relatores setoriais podem fazer remanejamentos orçamentários diferenciados dos demais Parlamentares, tanto os Senadores quanto os Deputados Federais. Aqui não, não houve essa discussão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	04	2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

O Presidente Deputado Agaciel Maia tem adotado, à frente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, uma política interessante, que é: com base na reserva de contingência, que é de 1% do remanejamento, todos os Parlamentares apresentam o mesmo quantitativo de emendas. Então, quando falamos que houve um remanejamento e esse veto foi justamente por não atender o dispositivo aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, eu entendo, Deputado Wellington Luiz, que, para regularizar essa situação, é necessário que a reserva de contingência retorne com base no que está estabelecido na LDO. Aí, sim, você pode fazer o debate sobre liberar ou não a reserva de contingência.

Era isso que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para esclarecer aqui, porque eu acompanhei tudo isso de perto. Nós votamos o Orçamento na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que é o fórum adequado para isso. Cada Deputado tem direito a 18 milhões.

Eu acho que a Câmara Legislativa pode dar uma contribuição maior para a população se puder colocar suas opiniões. É muito fácil para o governo, que tem um orçamento de 35 bilhões de reais, mandar um projeto aqui para a Câmara Legislativa para nós batermos o carimbo, para cada um colocar os seus 18 milhões e ir embora. Para que o governo vai mandar para a Câmara Legislativa, então, se nós só temos os 18 milhões para mexermos?

O que o Deputado Wasny de Roure fez, aos 45 minutos do segundo tempo, foi uma emenda que retira alguns orçamentos de determinadas áreas que S.Exa. acreditava, naquele momento, não serem prioritárias e remaneja tudo para atender aos policiais civis, porque é um pleito legítimo. E o plenário, que é soberano, acatou a emenda de S.Exa. Todos aqui aprovaram, com seu voto, a emenda que o Deputado Wasny de Roure apresentou. Foi isso que aconteceu. É legítimo o que o Deputado Wasny de Roure fez, como vários outros Deputados aqui fazem também.

Eu quero que levante a mão aqui o Deputado que nunca apresentou nenhuma emenda para a sua categoria. Eu, que já fui relator setorial, já vi Deputado apresentar emenda para a Defensoria, já vi Deputado apresentar aqui emenda de 20 milhões para dentistas, para médicos. Todos aqui fazem isso, e é legítimo. Desculpem-me, não todos, não posso generalizar, mas a grande maioria aqui já fez isso. E o Plenário é soberano para aprovar ou não.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Relator-Geral do Orçamento, dividi o Orçamento em quatro sub-

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 04 2017		15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

relatorias: Deputado Rafael Prudente, Deputado Wasny de Roure, Deputado Julio Cesar e Deputado Prof. Israel, exatamente para dar imparcialidade ao Relator de receber quatro sub-relatórios.

O Deputado Wasny de Roure, mesmo sabendo que estava contra o Regimento Interno, que diz que as alterações dentro do orçamento encaminhado pelo Poder Executivo só podem ser feitas dentro das unidades orçamentárias, como Sub-Relator, apresentou duzentos e poucos milhões. E aí a reclamação do Deputado Chico Vigilante de que, se cada um de nós... Inclusive eu, que sou o Presidente da Comissão e que fui o Relator, mantive-me na condição de 18 milhões, igual a todos os demais Deputados. O Deputado Wasny de Roure, como Sub-Relator, aprovou todas essas emendas para a Polícia Civil e para a Polícia Militar, mesmo sabendo que estava transgredindo o Regimento Interno da Casa. Depois, os policiais aqui, o Sandro e o Deputado Wellington Luiz são testemunhas de que, no dia da votação em plenário, eu fiz uma ressalva a esse texto: "nós estamos aprovando; mesmo eu sendo especialista em orçamento e tecnicamente tendo reconhecido que não tem condições jurídicas de fazer, eu votarei a favor da emenda do Deputado Wasny de Roure". Isso está nas notas taquigráficas. Eu sabia que o governo, com elementos jurídicos, ia vetar, e vetou. Agora a proposta está voltando para a análise de vetos. O Deputado Cláudio Abrantes também destacou ontem esse aspecto. As emendas destinadas à Polícia Civil podem atrapalhar o governo. Elas não têm nenhuma eficácia, só servem para queda de braço no campo político. O Deputado Cláudio Abrantes tem uma das melhores assessorias de orçamento desta Casa, como tem o Deputado Wasny de Roure, mas sabe que, do ponto de vista de eficácia, de execução, está contrário à legislação.

Então, o que estamos preservando, ao deixarmos os 48 milhões, é a continuidade da pressão sobre o governo, para que ele mande essa mensagem de equiparação da Polícia Civil.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, ninguém tem dúvida de que o que o Deputado Wasny de Roure fez foi buscar solução para um grave problema da Polícia Civil. Já que o governo não tem olhos para a Polícia Civil, os Parlamentares têm que ter, e foi o que fez o Deputado Wasny de Roure. Isso é claro!

Agora, temos um problema técnico. Enquanto ele não for solucionado, entendo que esse projeto não pode ser votado. Não se pode votar esse projeto às escuras! O Deputado Wasny de Roure, que tem conhecimento técnico, chegou e pode nos auxiliar. Neste momento, o fundamental é que não se vote o projeto e que tenhamos prudência.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
12 04 2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, para discutir a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha pergunta não foi respondida. Onde está a diferença dos 169 milhões para os 48 milhões, valor que estava ainda disponível? Essa pergunta não foi respondida.

Quero ser justo com o Deputado Agaciel Maia. Sou uma pessoa muito justa, todos sabem disso. Realmente S.Exa. fez a ressalva da tribuna, no último dia da lei. Disse que ia votar a favor, embora tecnicamente entendesse que não era exequível aquela emenda. Isso é verdade. O que quero dizer aqui é que nós vivemos a política se for de forma republicana. Se não há benefício pessoal, utilizamos os instrumentos de pressão para as coisas acontecerem. É óbvio que essa emenda – foi isto o que eu disse – é um instrumento de pressão da categoria. É isso. Se não tivermos como pressionar o governo, se esta Casa baixar a cabeça para o governo, não teremos função. Por que eu digo isso? Porque, se pegarmos o art. 1º da lei que cria o Fundo Constitucional, veremos que ele é taxativo. O Fundo Constitucional deve prover a segurança pública e, subsidiariamente, a educação e a saúde. O que temos hoje é praticamente uma inversão. Então, se estamos falando de ilegalidade, isso está sendo discutido no Tribunal de Contas da União. A gestão do Fundo Constitucional, que é a fonte pagadora da Polícia Civil, também é legal.

Então, só para deixar claro o nosso posicionamento, é óbvio que ainda aguardamos a explicação de como esses 169 milhões que existiam agora se transformaram só em 48 milhões.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, para discutir a matéria.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu nunca imaginei causar tanto incômodo. Quando votamos o Orçamento, todo mundo veio aqui fazer discurso e defender emenda. Ninguém veio falar o que falou hoje, nenhum dos que falaram aqui falou lá no final de 2016, Deputado Raimundo Ribeiro. Não falou porque interessava ficar bem com vocês.

Então, vamos ser honestos! Eu nunca escondi, nunca fiz mais do que qualquer Deputado. O Deputado Agaciel Maia fez, como Relator, emendas. Eu fiz e mostrei por que estava fazendo. Houve um pedido formal da Procuradoria e um pedido formal da Polícia Civil – estavam anexados. Não era a emenda que o Deputado estaria indicando, era a emenda de custeio de pessoal e de benefício. Portanto, eu fiz, veio para o debate, não foi feito nada às escuras, foi absolutamente compreensível. Eu disse que era razoável e que o governo depois negociasse o momento oportuno.

Está aqui o Ricardo, da Defensoria Pública. Tem a emenda. O Líder do Governo veio me elogiar aqui, porque o Tribunal de Contas reconheceu que o

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
12 04 2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

governo deu um furo de 6 milhões das crianças. É verdade ou não é verdade, Deputado Delmasso? Lá, nós conseguimos, inclusive, melhorar os recursos para a Secretaria da Criança.

Então, colegas, acho que a gente tem de parar um pouco de usar esta tribuna e estudar. São problemas muito evidentes, sobre os quais poucos se debruçam com o cuidado que a matéria exige, com a magnitude e a dificuldade que a matéria exige. Eu disse, inclusive, que esse projeto era desnecessário. É um projeto político. O governo quer humilhar esta Casa.

Eu disse mais ainda, colegas Deputados, a maior prova que pode ser utilizada foi o que o governo fez, Deputado Wellington Luiz, no final, no encerramento de 2016. Ele não pagou a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros com recursos do Fundo de 2016, mas com recursos do Fundo de 2017. Ele transferiu R\$370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais) para os recursos do Distrito Federal, a fim de fazer frente... Tanto é verdade, que o Tribunal de Contas acabou de tomar uma decisão sobre essa questão de restos a pagar. O governo abriu, Deputado Julio Cesar, o ano de 2017 empenhando 117 milhões para investimento, diante de um volume de quase 250 milhões para a segurança, em matéria de investimento. Então, além do que tinha em investimento, 250 milhões, ele colocou mais 117 milhões do ano passado, ano em que tivemos a maior perda do Fundo Constitucional.

Então, colegas Deputados, o que nós fizemos não foi por achar que o governo deveria pagar a Polícia Civil com a Fonte 100, mas porque achamos que era uma forma de sensibilizar o governo de uma maneira política, de uma maneira sensata. Essas questões de finanças são delicadas.

Agora, colegas, o que eu lamento é que, em uma hora dessas, a gente se encontra, exceto por uma ou outra palavra, literalmente sozinho. Mas eu não tenho medo disso, não. Sabem por quê? Porque este mesmo governo pegou o trabalho feito por nós, pôs debaixo do braço e foi lá negociar com a Dilma. Foi aqui e foi ali. Não teve nem a capacidade de reconhecer que foi feito por nós. Entendem?

Então, gente, fazer esse tipo de disputa política faz parte do processo. Nós estamos aqui para enfrentá-lo, eu não vou fugir dele, não vou fugir das responsabilidades. Os colegas vão perceber, no final do ano, a montanha de dinheiro que vão transferir para o GDF. Aquilo que era devido à segurança pública. Essa questão, é só o tempo que responde. Eu só lamento que os colegas que vivem falando isso e aquilo, na hora de fazerem o enfrentamento com o governo, não têm coragem. Essa é a verdade. Querem prestar serviço em troca de outras coisas.

Acho que, no mínimo, a gente tem de manter, nesta Casa, o respeito a cada um. Cada um de nós merece respeito.

O meu partido não é da base de apoio do Governador Rodrigo Rollemberg. Eu o respeito como pessoa, ele já foi meu suplente, eu já fui suplente dele, mas o meu partido não é da base de apoio dele. Respeito cada um dos colegas que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
12 04 2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

optaram por apoiá-lo aqui, mas não venham me atacar pessoalmente, quando, tecnicamente, não há uma resposta para as perguntas que são feitas. Eu falei desta tribuna que o único crédito passível de ser votado é o crédito especial.

O governo, como resolveu hoje em decreto para outras unidades, poderia ter resolvido essa demanda; mas ele quer que o veto dele – a emenda que foi colocada – prevaleça. Ele é Governador, tem a caneta na mão, tem os recursos. Ele decide conforme for melhor, naquilo que ele entende para esta cidade. Mas continuarei defendendo aquilo em que acredito, porque a gente vive dos sonhos e daquilo que nos motiva pessoalmente.

Eu só lamento vocês estarem expostos a esse cenário, deixando seu local de trabalho para assistirem a esse cenário, que eu considero desabonador para o Parlamento. Este deveria agir com altivez, com dignidade, estando ao lado daquele que mais precisa.

Muito obrigado.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão o parecer.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de...

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só um minuto. Então, você faz a declaração de voto.

O parecer está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro para declaração de voto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Declaração de voto, não, Sr. Presidente! Eu cheguei antes de o Deputado Wasny de Roure começar a falar. Passei na frente de V.Exa. e pedi para também me manifestar. Agora, se V.Exa. não ouviu...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Desculpe-me, Deputado Raimundo Ribeiro. Então, eu não ouvi. Eu não faria uma coisa dessas com V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Eu também acho. Eu estou colocando isso...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa. está com a palavra para declarar o voto. Por favor.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
12 04 2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA		28

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, primeiro, eu quero deixar claro, para V.Exa., que eu pedi a palavra. Passei bem aqui. V.Exa. não deve ter visto, mas alguns colegas nossos viram que eu tinha requerido a palavra.

Mas eu fiz questão, Sr. Presidente, antes de V.Exa. colocar em votação esse projeto, de dizer o seguinte: o que me preocupa não é a ação do governo, porque essa nós já conhecemos, dados os maus antecedentes que este governo tem. O que me preocupa é o comportamento desta Casa diante de um acordo que foi feito para que nós permanecêssemos em obstrução.

E aqui faço questão de reafirmar: tanto os policiais civis quanto qualquer outra categoria merecem todo o nosso respeito. Se hoje, circunstancialmente, nós abrimos a obstrução para permitir que o governo corrigisse um erro, nós faríamos com qualquer outra categoria profissional. Quis o destino que fosse com a Polícia Civil do Distrito Federal, que vem sendo humilhada pelo atual Governador Rodrigo Rollemberg. E disso vocês são testemunhas.

Agora, é importante que fique claro que, quando nós disputamos uma eleição no final do ano passado, Deputado Wasny de Roure, um dos pontos de honra que foram levantados é que nós iríamos recuperar a altivez desta Casa. E ela, com essa atitude de hoje, ela não se mostra altiva. Ao contrário: ela se mostra submissa e subserviente.

Digo mais. Durante muito tempo se disse que esta Casa era um puxadinho do Buriti. Eu digo que neste momento, em que nós tínhamos tudo para convencer o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg... Estou fazendo questão de dizer bem o nome dele para que as pessoas, inclusive, quando forem tipificar condutas, não errem...

Estou dizendo isso para que as pessoas possam entender que não é possível que, com uma base tão densa, V.Exas. não tenham conseguido sensibilizar o Governador a, primeiro de tudo, ter um gesto apenas de chamar os policiais civis do Distrito Federal, que são reconhecidos no Brasil inteiro, para conversar. (Palmas.) Não! O que aconteceu... parece-me – pelo menos o resultado está aí – que o Governador tem um poder de persuasão extraordinário porque, numa quarta-feira, véspera de feriado, estão todos aqui para votar de acordo com o interesse do Governador Rodrigo Sobral Rollemberg.

Então, quero dizer que, naquele momento, Sr. Presidente, quando nós dizíamos que o nosso compromisso seria resgatar a altivez, a independência desta Casa, da minha parte, continuarei trabalhando para isso. Eu continuarei, sabe por quê? Porque sei o que significa um Parlamento. Sei que um Parlamento livre, independente contribui para o processo democrático. Já um Parlamento que se curva à vontade do dirigente de plantão realmente não há de ser reconhecido pela população do Distrito Federal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 12 04 2017	Horário Início 15h05	Sessão/Reunião 29ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 29

Eu fiz questão de vir aqui exatamente, Sr. Presidente, por isso. Fiz questão de falar porque acho que cada um de nós tem uma motivação para estar na política. Eu estou na política, porque entendo que a política é o único instrumento que nós temos para modificar e melhorar a sociedade. Contudo, um Parlamento é coletivo. Enquanto nós não tivermos essa consciência coletiva, o que vai acontecer, com a população, é que ela continuará sofrendo as agruras que esse rapaz fantasiado de governador está impingindo à população do Distrito Federal. (Palmas.)

Então, eu registro aqui a minha indignação com a falta de compromisso deste Parlamento com os compromissos que foram assumidos. E eu continuarei aqui. Minha voz vai ecoar e não adianta Operação Draconiana, não, porque essa já foi desmascarada pela população do Distrito Federal. Eu continuarei aqui tendo voz e, ao ter voz, não me intimido com pessoas dissimuladas e covardes, como este Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Quero ratificar a votação: o parecer ao Projeto de Lei nº 1.418, de 2017, está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 4 votos contrários do Deputado Wellington Luiz, do Deputado Raimundo Ribeiro, do Deputado Cláudio Abrantes e do Deputado Wasny de Roure.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Só quero saber se o meu voto está contabilizado. Só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O seu voto está contabilizado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço para que a votação seja nominal.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato.

Em discussão. (Pausa.)

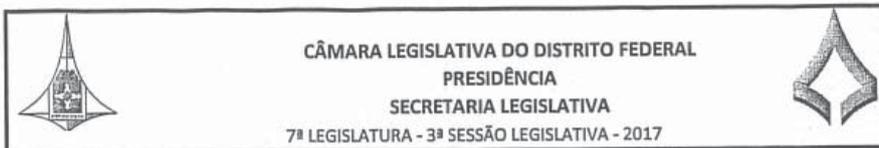
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI Nº 1.418/2017 DATA: 12/04/2017
 AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO
 TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNÝ DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT		1				
RESULTADO			15	2	0	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
15	VOTOS SIM
2	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
12	04	2017	15h05	29ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				30	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis e 2 votos contrários. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convoco os Srs. e Sras. Deputados para sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação do Projeto de Lei nº 1.418, de 2017, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$285.140.043,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, cento e quarenta mil e quarenta e três reais)”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h02min)